

AGRICULTURA SC

EDIÇÃO Nº 84 | NOVEMBRO DE 2020



Fechamento autorizado,
pode ser aberto pela ECT.

ESTIAGEM VOLTA A PREJUDICAR PRODUÇÃO EM SANTA CATARINA

Páginas 10 e 11

ANÁLISE

A nova dimensão
do agronegócio

Página 2

HOMENAGEM

Lanznaster, um líder
para a história!

Página 3

LEITE

Alta nos preços não reflete
em ganhos ao produtor

Páginas 4 e 5

ATEG

Ovinocultura de corte
cresce em Santa Catarina

Páginas 12, 13 e 14

A NOVA DIMENSÃO DO AGRO

José Zeferino Pedrozo - Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de SC (Faesc) e do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar/SC)



A agricultura e o agronegócio pontificaram de forma exponencial neste esdrúxulo ano – para o bem e para o mal – de 2020. As conjunturas do mercado mundial e as condições cambiais tornaram as exportações altamente competitivas e rentáveis, turbinando a balança comercial.

A eclosão de doenças e epizootias em vários países exigiu o sacrifício de plantéis, a paralisação da produção e a retirada do mercado mundial de alguns importantes fornecedores de proteínas. As doenças grassaram na China, obrigando o gigante asiático a condenar milhões de toneladas de carne e, por via de consequência, ampliar as importações.

Esses fatores, aliados à disputa comercial entre Estados Unidos e China, beneficiaram o Brasil. As exportações verde-amarelas de carnes e grãos se agigantaram. No plano interno, o pagamento do auxílio emergencial a mais de 65 milhões de brasileiros (mediante desembolso governamental superior a R\$ 212 bilhões) estimulou o consumo e mitigou os efeitos deletérios do desemprego.

Frente a esse novo cenário, o setor primário da economia cumpriu e cumpre de forma excepcional o com-

promisso de produzir com eficiência e qualidade alimentos para abastecer o País e sustentar os crescentes superávits da balança comercial. As condicionantes típicas desse quadro de pandemia, como era de se esperar, influenciaram diretamente o mercado de grãos.

O câmbio favorável e os bons preços internacionais inflados pela China estimularam as exportações de milho e soja. Mais de 80 milhões de toneladas foram embarcadas neste ano e as próximas duas safras já estão negociadas no mercado futuro. Obviamente que o encarecimento dos grãos e seu maço escoamento ao mercado mundial preocupa a indústria da carne – em especial a avicultura e a suinocultura industrial – pois esses grãos são insumos essenciais e constituem parcela majoritária na formação de custos.

O equilíbrio no abastecimento interno de grãos deve ser uma preocupação geral, inclusive porque o sistema de produção integrada de aves e suínos – altamente demandante de milho e soja – reúne milhares de produtores rurais e agroindústrias em uma parceria que tem mais de 50 anos em Santa Catarina. Qualquer proposta que surja nesse sentido não deve e não pode distorcer

as leis de livre mercado porque, quando isso ocorre, quem paga a conta é quem produz. Nesse particular, talvez fosse oportuno rever a política de armazenagem e de estoques reguladores.

Avaliações otimistas projetam um cenário para 2021 no qual, novamente, a agricultura e o agronegócio protagonizarão uma nova escalada de crescimento. Mas é preciso cautela. Há sérias preocupações sobre o desempenho do consumo no mercado doméstico, visto que não haverá mais o auxílio emergencial e o Governo Federal enfrentará desdobramentos da crise fiscal que já é aguda. Com a esperada superação da pandemia, deve iniciar a retomada do crescimento econômico, mas é difícil prever se será lenta e gradual ou em “V” como acredita o Ministério da Economia. Por outro lado, as propostas de reforma tributária em discussão no Congresso incluem novas formas de tributação do agro. Além disso, é razoável supor que as extraordinariamente positivas condições do mercado externo não perpetuarão.

Essas questões exigem ação e reflexão. De qualquer forma, não há dúvidas, o agro continua sendo a locomotiva da economia nacional.



R. Delminda Silveira, 200 - Agrônômica, Florianópolis - SC, 88025-500 - Fone (48) 3331-9700
FAESC: facebook.com/FAECSantaCatarina | SENAR/SC: facebook.com/SENARSC | www.SENAR.com.br

DIRETORIA DA FAESC 2019/2023: Presidente: José Zeferino Pedrozo, 1º vice-presidente Executivo: Enori Barbieri, 2º vice-presidente Executivo: Milton Graciano Peron, 1º vice-presidente de Secretaria: João Francisco de Mattos, 2º vice-presidente de Secretaria: João Romário Carvalho, 1º vice-presidente de Finanças: Antônio Marcos Pagani de Souza, 2º vice-presidente de Finanças: Vilson Antônio Verona
CONSELHO FISCAL: Efetivos: Rogério Pessi, Gilmar Zanluchi e Amy Mohr, Suplentes: Fabrício Luiz, Stefani, Dionísio Scharf e Luis Sérgio Gris Filho. **VICE-PRESIDENTES REGIONAIS:** Extremo Oeste: Adelar Zimmer, Oeste: Ricardo Lunardi, Meio Oeste: Clemerson Pedrozo, Planalto Norte: Francisco Konkol, Planalto Serrano: Márcio Pamplona, Vale do Itajaí: Lindolfo Hoepers, Sul: Edegar Giustina.
DIRETORIA SENAR: Presidente: José Zeferino Pedrozo, Superintendente: Gilmar Antônio Zanluchi.
CONSELHO ADMINISTRATIVO: José Walter Dresch – FETAESC, Luis Sartor, Luiz Vicente Suzin – OCESC Daniel Kupper Carrara – Senar Administração Central, Gilberto Modesto da Silva, Ricardo de Gouvêa

– Agroindústria, Osvaldo Miotto Junior. **CONSELHO FISCAL:** Rita Maria Alves – Senar Administração Central, Maira Aparecida Nunes da Silva, Tatiane Mecabó Cupello – FAESC, Adílcio Pedro Pazetto, Valdeci de Andrada Pereira – FETAESC, Adriano da Cunha.

MB Comunicação: Jornalista Responsável: Marcos Antônio Bedin (Reg. Jornalista profissional MTB SC 0085-JP). Edição: Keli Magri. Redação: Marcos Antônio Bedin, Alessandra Cristina Favretto, Keli Magri, Lisiane Kerbes, Marciane Páz Mendes.

Diagramação / Impressão: COAN Indústria Gráfica
Tiragem: 5.500 exemplares.

LANZMASTER, UM LÍDER PARA A HISTÓRIA!

Por José Zeferino Pedrozo

Com mais de 50 anos de atuação no associativismo de Santa Catarina, ora dedicado ao cooperativismo, ora dedicado ao sindicalismo, tive o privilégio de conviver com grandes lideranças. Uma foi o pioneiro Aury Luiz Bodanese que nos deixou há quase 20 anos; outra foi Mário Lanzmaster que partiu desse mundo para habitar outra dimensão.

Foram dois gigantes do cooperativismo brasileiro. Ambos tiveram a arrojada visão de, no início da segunda metade do século passado, fortalecer de forma empresarial o setor primário da economia do grande oeste catarinense. A agricultura sofria forte estímulo e começava a incorporar as tecnologias geradas pela crescente cadeia de suprimentos do agronegócio, pelas indústrias de insumos, pela Embrapa e pelas universidades.

Constataram que as famílias de produtores rurais não podiam permanecer apenas como simples fornecedores de matérias-primas – milho, soja, feijão, trigo, leite, suínos, aves etc. – para as indústrias mercantis de processamento. Fazia-se imperiosa a construção de um parque agroindustrial das próprias cooperativas para receber, processar e, assim, disputar o mercado com produtos processados. Agregou-se valor ao produto agrícola e elevou-se o status do produtor para um verdadeiro empresário.

O caminho para esse objetivo coube a uma cooperativa central (a Aurora Alimentos), mas tornou-se necessário vencer a desconfiança dos Bancos e buscar o apoio de organismos nacionais para obtenção dos financiamentos necessários. Foi uma tarefa hercúlea.

No comando da Aurora, Bodanese

se foi gigante nessa luta pela industrialização própria, período no qual atuei como vice-presidente por 21 anos, ao tempo em que também presidia a Coperio de Joaçaba. Assumi a presidência da Aurora em 2003 com o falecimento dele. Tive a felicidade de ter, como meu vice-presidente Mário Lanzmaster, cumprindo um exitoso período de quatro anos, findo os quais passei a ele o comando da Cooperativa Central.



Mário Lanzmaster e José Zeferino Pedrozo

Lanzmaster vinha da Alfa, uma das maiores cooperativas agropecuárias do País, onde já havia convivido com Bodanese e o sucedido na presidência. Catapultado ao comando da Aurora Alimentos, ali permaneceu por 13 anos até que desígnios superiores o retiraram de nosso convívio. Nesse último e profícuo período, executou um avançado plano de expansão da base produtiva no campo e de construção e ampliação das plantas industriais nas cidades, além de dar capilaridade às estruturas comerciais e de aperfeiçoar toda a operação logística.


Simples e direto nas relações interpessoais, era dono de uma franqueza chocante. Detestava procrastinar decisões ou deixar situações indefinidas. Mário era obcecado pelo estudo

e pelo trabalho. Confiava nas pessoas, valorizava o trabalho em equipe, estimulava a inovação e priorizava a formação, a qualificação e a requalificação dos recursos humanos. Sempre lembrava que o verdadeiro dono da cooperativa estava no campo: era o produtor rural. Por isso, desenvolveu intensos programas de treinamento para as famílias em programas inovadores com Senar, SESCOOP, Sebrae e outros parceiros.

Engenheiro agrônomo de formação, fazia questão de dizer que era um criador de suínos. Visitou dezenas de países para conhecer os sistemas de produção. Tinha a preciosa e rara condição de conhecer profundamente a atividade agrícola e pecuária, o processamento industrial e o comportamento do mercado – o que fazia dele um dos maiores experts do complexo e multifacetado universo da agroindústria da proteína animal. Tinha preocupação com a formação de novas lideranças e, por isso, abriu espaços em todos os níveis para jovens rurais.

Ele integrou uma geração de líderes de um tempo em que – em face da ausência de recursos e métricas econômicas – a capacidade de comandar, a visão de futuro, o tirocínio comercial e a interpretação de tendências eram, inicialmente, frutos de habilidades e talentos inatos. Só posteriormente incorporaram todo o arsenal da moderna administração estratégica. Lanzmaster transitou entre essas duas gerações.

Ele tinha fé nos postulados do cooperativismo e, com ela, viabilizou grandes empreendimentos. Mário Lanzmaster não será esquecido porque sua trajetória representa um capítulo extraordinário do cooperativismo universal.



ALTA NOS PREÇOS NÃO REFLETE EM GANHOS AO PRODUTOR

O produtor rural catarinense iniciou o ano recebendo R\$ 1,37 o litro de leite e de lá para cá viu o preço aumentar sete vezes e cair apenas uma, em maio, segundo mês de pandemia. Em junho e julho, o produto acumulou duas altas consecutivas acima da casa de dois dígitos, de 10,8% e 17,5%, alcançando R\$ 1,74. Em agosto, o preço voltou a subir 9,77%, ficando em R\$ 1,91 ao litro e em setembro teve nova

alta: 5,7% ou R\$ 0,12 pagos em outubro, quando o litro ultrapassou os R\$ 2,00 ao produtor.

Quem observa os números deduz que o momento é de grande rentabilidade dos produtores em Santa Catarina e em todo o Brasil. Porém, a conta não é bem esta. A valorização nos preços no mercado veio acompanhada da alta nos custos, o que não refletiu em ganhos reais ao produtor. O vice-presidente da FAESC, Enori

Barbieri, explica que a valorização da soja e do milho no mercado externo elevou os preços da ração e acabou igualando a conta: os custos da produção anulam os ganhos.

“Como a estiagem neste ano destruiu as pastagens naturais e 40% do milho para silagem, o produtor está tendo que usar ração na alimentação do rebanho. O problema é que o preço dos insumos aumentou consideravelmente em dólar. A saca de milho que



Produção de leite está mais valorizada, porém custos também estão maiores

custava R\$ 35,00 no início do ano passou para R\$ 70,00 e a tonelada do farelo de soja que estava por R\$ 900 está custando R\$ 2.300. Por isso, apesar de melhor, o preço do leite não se traduz em ganhos ao produtor”, pontua.

É o que também expõe o produtor de leite de Chapecó e presidente do Conselho Paritário de Produtores e Indústrias de Leite do Estado de Santa Catarina (Conseleite-SC), José Carlos Araújo. Com 65 vacas em lac-

tação, de um plantel de 140 animais, a produção alcança 65 mil litros de leite por mês na propriedade.

Para Araújo, a alta nos preços repõe as perdas acumuladas nos últimos anos. “O preço pago agora está sendo o justo. Bom seria se não viesse acompanhado do aumento dos insumos. Até então, o produtor vinha trabalhando no prejuízo, muitos desistindo da atividade, agora, pelos menos está conseguindo pagar as contas”, analisa.

AUMENTO DOS PREÇOS

Três fatores explicam o aumento no preço do leite no País: redução da produção/captação causada pela estiagem, aliado ao aumento no consumo nas classes mais baixas com o pagamento do auxílio emergencial e também à procura maior por alimentos nos supermercados durante a pandemia.

Desde o início de 2020, segundo o Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepa), o preço do leite no campo apresenta alta acumulada real de 42,9% na “Média Brasil”. Esse avanço foi acentuado entre os meses de junho e agosto, quando os valores subiram 40,1%. Nesse período, a valorização do leite ao produtor esteve atrelada à maior competição entre as indústrias de laticínios para garantir a compra de matéria-prima. A concorrência acirrada, por sua vez, está relacionada à necessidade de se refazer estoques de derivados lácteos, em um momento de oferta limitada no campo e de recuperação da demanda.

“Em Santa Catarina, as indústrias têm capacidade instalada para processar 11 milhões de litros de leite por dia, porém a produção estadual não chega a oito milhões. Então há concorrência no mercado e, na falta do produto, os preços pagos ao produtor aumentam”, ressalta Barbieri ao destacar que a região sul concentra metade da produção nacional.

O dirigente da FAESC afirma que os preços devem manter-se em alta, acompanhando o aumento dos insumos e do consumo. “As altas vieram para ficar, não há como recuar. Os custos continuam elevados e é preciso haver equilíbrio para não desestimular os produtores”, projeta.

AGRICULTORES PODEM USAR MADEIRA DE ÁRVORES DERRUBADAS POR EVENTOS CLIMÁTICOS EXTREMOS

Decisão do Conselho Estadual de Meio Ambiente de Santa Catarina (Consema), autoriza o aproveitamento da madeira das árvores derrubadas ou danificadas por fenômenos climáticos e eventos naturais extremos no Estado, quando esses forem reconhecidos pelos órgãos competentes.

A Resolução nº 173, de 4 de setembro, atende solicitação da FAESC, que faz parte do Conselho e revoga, dentre outras resoluções, a resolução 169, de 7 de julho, que somente permitia o uso do material lenhoso danificado pelo ciclone bomba ocorrido no Estado em 30 de junho de 2020.

O assessor jurídico da Federação e membro do Consema, Clemerson Pedrozo, explica que a norma mais ampla foi elaborada visando a simplificação de procedimentos, sem descuidar da observância e cumprimento das normas ambientais vigentes. A resolução permite o uso da madeira derrubada por vendavais, tempestades, enchentes, ciclones, tornados, que causam destruição de benfeitorias, cabos de energia elétrica e danos à vegetação nativa.

O material lenhoso deverá ser usado em reparos e reconstrução de benfeitorias nas propriedades, limitado à quantidade decorrente do dano ocorrido, não sendo permitida a comercialização, que deve seguir as normativas específicas emanadas dos órgãos ambientais competentes. Além disso, a Resolução prevê que a retirada e o aproveitamento do material gerado pelo fenômeno natural extremo ficará condicionada à utilização das vias de acesso já existentes no imóvel. A abertura de novas vias dependerá de autorização prévia do órgão ambiental, sob



Material lenhoso deverá ser usado em reparos e reconstrução de benfeitorias nas propriedades

pena de infração.

“Com a aprovação da norma, quando ocorrerem fenômenos climáticos extremos no Estado, os produtores rurais estão autorizados a usar madeira para fazer reparos nas propriedades, como aviários, chiqueiros, moradias, galpões, mangueiras, cercas, entre outras benfeitorias. A resolução simplifica o processo e permite que esse material lenhoso possa ser aproveitado no campo de forma célere, sem burocracia, no momento em que certamente os produtores atingidos mais estejam necessitando”, detalha Clemerson.

O produtor que usar a madeira tem prazo de até 30 dias após o uso para a entrega dos documentos junto ao órgão ambiental, entre eles, croqui sim-

plificado da propriedade mostrando o local onde a madeira foi retirada, declarações simplificadas para transporte, caso houver necessidade, e levantamento fotográfico que caracterize os danos causados pelo evento climático. É necessário também que o produtor esteja inserido no Cadastro Ambiental Rural (CAR). Caso o proprietário do imóvel não possa utilizar todo o material lenhoso de uma única vez, deverá declarar ao órgão ambiental o volume estimado que ficará guardado, para comprovação em caso de ocorrer uma fiscalização.

Os Sindicatos Rurais filiados e a Federação estão à disposição para prestar os esclarecimentos à classe rural quanto à correta aplicação da norma.



Federação apoia projeto que pede a derrubada da proibição imposta pela Agência

ESTOQUES PODEM SER UTILIZADOS NA SAFRA

Produtores rurais que possuem estoques do herbicida Paraquate estão autorizados a utilizar o produto no decorrer da safra 2020/2021. A autorização foi concedida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) em outubro.

A venda do produto está proibida no Brasil desde o dia 22. Mas, quem já havia comprado o produto para a safra 2020/2021 poderá fazer a aplicação em alguns cultivos.

Segundo a Anvisa, o prazo máximo de utilização do herbicida obedece a um calendário regional e vai até 31 de agosto de 2021. No caso da soja, o herbicida poderá ser utilizado até 31 de maio nas regiões Sul, Centro-Oeste e Sudeste e até 31 de julho no Norte e Nordeste do País. No milho, feijão e batata, o uso está autorizado em todas as regiões até 31 de março do ano que vem. No caso dos citrus, o uso está permitido até 31 de março de 2021 nas re-

giões Nordeste, Sul e Sudeste e no trigo até 31 de agosto de 2021 no Sul, Sudeste e Centro-Oeste.

O presidente da FAESC José Zeferino Pedrozo observa que a decisão atende pedido do setor e evita prejuízos aos produtores. “A compra já havia sido feita e, caso a Anvisa mantivesse a proibição, os agricultores perderiam o investimento para a safra que já está começando. Foi uma decisão acertada e importante”, avalia.

SOBRE O PRODUTO

A Anvisa manteve em setembro a decisão de banir o Paraquate do Brasil. O produto não poderá ser produzido ou usado no País. Também ficará proibida a importação desse ingrediente ativo, um dos mais populares no campo, porém classificado pela Agência como tóxico em quem o manipula. Não há risco para quem consome alimentos produzidos com o pesticida.

Pelo mundo, o herbicida não é permitido em 50 países como na União Europeia. Por outro lado, é aceito com restrições em 13 países,

entre eles, Estados Unidos, Canadá, Austrália, Japão e Nova Zelândia.

A FAESC e a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) discordam do posicionamento da Anvisa sobre o herbicida. As entidades apoiam o Projeto de Decreto Legislativo (PDL) 404/2020 apresentado pelo senador gaúcho Luis Carlos Heinze, que pede a derrubada da proibição imposta pela Agência. O projeto aguarda votação em Plenário.

Segundo o senador, com o parecer final da Anvisa, o setor agropecu-

ário depara-se com a possibilidade de perda de uma das “ferramentas mais importantes para o cultivo” das principais culturas, responsáveis pela competitividade brasileira no mercado internacional de commodities.

Na justificativa do projeto, Heinze alega que a agência que atua no registro de defensivos na Austrália (Australian Pesticides and Veterinary Medicines Authority - APVMA), realizou reavaliação, concluída em outubro de 2016, mantendo o registro do produto por concluir que não se trata de ingrediente mutagênico.

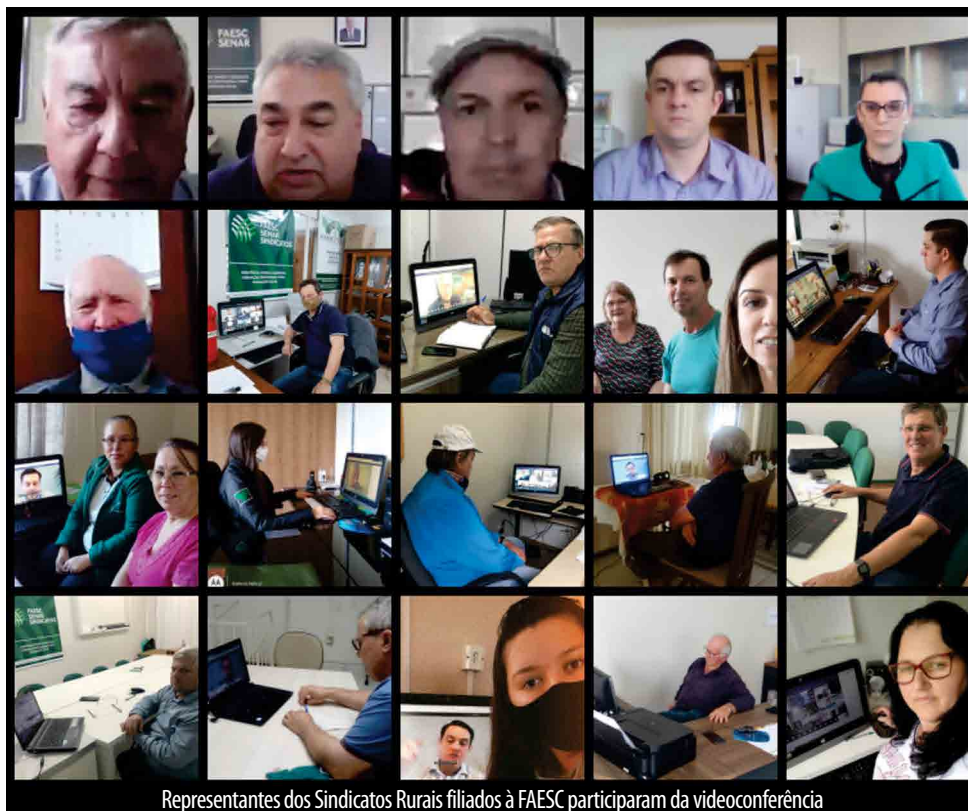
PROPOSTAS EM ANÁLISE AUMENTARÃO IMPOSTOS E CUSTOS AO AGRONEGÓCIO

Mais de 80 presidentes de Sindicatos Rurais de Santa Catarina participaram de Webinar sobre os impactos da reforma tributária ao setor agropecuário. O evento virtual foi promovido pela FAESC e comandado pelo presidente José Zeferino Pedrozo e pelo coordenador do grupo econômico da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Renato Conchon.

CNA e FAESC detalharam as duas Propostas de Emenda Constitucional de reforma tributária que tramitam no Congresso e têm maior chance de avançarem: a PEC 45/2019, de autoria da Câmara de Deputados e a PEC 110/2019, de autoria do Senado, além do Projeto de Lei 3.887/2020 apresentado pelo Governo Federal. Elas alteram especificamente a tributação sobre bens e serviços no País.

Na avaliação do setor, a reforma proposta representa aumento da carga tributária para o agro e, consequentemente, elevação dos custos de produção. A desoneração da cesta básica, o fim dos benefícios fiscais, instituição de alíquota única para todos os setores e a criação de um imposto seletivo que coloca os produtores rurais como contribuintes diretos são os principais pontos criticados no texto.

“A ideia da reforma é simplificar a carga tributária setorial, porém as propostas em trâmite atualmente aumentam consideravelmente os impostos ao setor agropecuário e o seu custo de produção. Somos o maior produtor de alimentos do mundo e o Estado com economia predominantemente baseada no agronegócio, que pode estar comprometida com esta proposta de



Representantes dos Sindicatos Rurais filiados à FAESC participaram da videoconferência

reforma, caso não ficarmos atentos”, analisa o presidente da FAESC.

É o que também observa Renato Conchon. Segundo ele, estudos realizados pelas entidades que compõem o Instituto Pensar Agropecuária (IPA) da CNA apontam que a produção de diversas cadeias agropecuárias será inviabilizada pela reforma tributária proposta. Entre as atividades que sofrerão forte impacto são: café, arroz, milho e soja, hortaliças e flores, pecuária de leite e cana-de-açúcar. O estudo revelou aumento de quase R\$ 0,50 no litro do leite e aumento de acúmulo de

crédito na ordem de 904,54% (aproximadamente 40 bilhões).

“Os impactos aos pequenos e médios produtores rurais serão devastadores e inviabilizarão a permanência destes produtores no campo, trazendo reflexos econômicos e sociais irreversíveis”, projeta ele ao destacar que o setor agropecuário emprega 1/3 da mão de obra nacional, mais de 13 milhões de trabalhadores.

A CNA apresentou ao Congresso emendas às Propostas e ao Projeto de Lei para assegurar a competitividade do setor e evitar o aumento da carga tributária.

IMPACTOS DA REFORMA

De acordo com estudo feito pela CNA, seis pontos da PEC nº 45/2019 impactarão diretamente o setor: aumento da carga tributária setorial; alíquota única; desoneração da cesta básica, ressarcimento dos créditos acumulados; imposto seletivo e produtores rurais, pessoas físicas, serão contribuintes do IBS. A proposta prevê a criação do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) nos moldes do IVA europeu: um imposto federal não-cumulativo de ampla base tributária e alíquota única de 25% que substituiria IPI, PIS, COFINS, ICMS e ISS. A PEC, porém, não permite benefícios fiscais.

Para se ter uma ideia, o recolhimento de tributos pelo agronegócio atingiu a cifra expressiva de R\$ 489 bilhões em 2018, equivalente a 21,5% do total arrecadado na economia. O setor possui alguns benefícios tributários (máquinas, insumos e produtos agropecuários). Com a adoção do IBS, sem

a possibilidade de qualquer tipo de benefício tributário, a carga tributária se elevará consideravelmente.

A PEC nº 45/2019 propõe a adoção de uma alíquota única de 25% para todos os bens e serviços, sem a possibilidade de qualquer benefício fiscal. Com isso, os atuais benefícios sobre insumos e máquinas se encerrarão, elevando o custo de produção e exigindo mais capital de custeio. Conforme levantamento da CNA, a soja e o milho, por exemplo, devem ter aumento entre 17% e 19% nos custos de produção; arroz 14%; leite entre 11% e 17%; pecuária de corte entre 5% e 23%; tomate 14% e mandioca 7,5%.

Em contrapartida, produtos hoje sem tributação serão tributados com alíquotas de 25%, o que elevará consideravelmente a carga tributária dos produtores rurais. Na soja e no milho, por exemplo, a queda na rentabilidade pode chegar a 120%, projeta a CNA.



CESTA BÁSICA MAIS CARA

A desoneração da cesta básica proposta pela PEC 045/2019 - que hoje corresponde a aproximadamente 5% do total das desonerações tributárias concedidas pelo País - deve aumentar os custos da mesma em 22,7% e elevar a inflação em 1% em até um ano e 1,8% no longo prazo, segundo estimativa da CNA. A proposta é prejudicial

para todo o setor produtivo (desde produtor rural até a indústria), bem como para a população. Isso porque, num primeiro momento, haverá o aumento do custo do produtor com diminuição da margem de lucro e, na sequência, o aumento do preço do produto, com diminuição do poder de compra das famílias, impactando diretamente na inflação.

MENOS CRÉDITO E MAIS IMPOSTO

Outro ponto impactante para o setor é a proposta de ressarcimento dos créditos acumulados. Atualmente, os regimes especiais de tributação sobre o agronegócio permitem que o setor não acumule muitos créditos quando efetua uma exportação. Com a alíquota única proposta, a carga tributária maior dos produtores rurais fará com que os créditos das agroindústrias se elevem significativamente e um volume muito maior do que o atual seja devolvido para os exportadores.

A PEC também prevê um imposto seletivo sobre determinados produtos, para desestimular o consumo dos mesmos (cigarros, bebidas alcoólicas, armas e munições, etc). Uma das maiores preocupações para o agro neste item é que, no futuro, novo projeto inclua alguns produtos agropecuários ou seus insumos nesse modelo de tributação (que não permite o crédito pelo adquirente) - defensivos agropecuários, alimentos com alto teor de açúcar e alimentos com alto teor de gordura.

Outra medida preocupante é a que torna os produtores rurais contribuintes de tributos que atualmente não são devedores. Hoje os produtores rurais pessoas físicas não são contribuintes diretos dos tributos extintos pelas propostas em trâmite (PIS, Cofins, IPI, ISS e ICMS) e passariam a ser do novo criado (IBS), sendo onerados com gastos excessivos para a apuração do tributo, além do inequívoco aumento da carga tributária setorial. Com a proposta, segundo levantamento da CNA, mais de 5 milhões de famílias de pequenos e médios agricultores e pecuaristas terão necessidade da contratação de contador para apurar tributo a ser recolhido na propriedade rural. Em muitos casos, o valor para a contratação desse profissional supera a rentabilidade aferida com a atividade produtiva.

ESTIAGEM VOLTA A PREJUDICAR PRODUÇÃO EM SANTA CATARINA

O déficit hídrico ultrapassou 700 milímetros neste ano em Santa Catarina e a escassez de chuvas voltou a preocupar a produção agropecuária no Estado. O alerta é da FAESC ao citar o desabastecimento das propriedades rurais e os prejuízos nas lavouras de milho como principais problemas enfrentados desde outubro.

O presidente José Zeferino Pedrozo ressalta que a Federação está em contato com a Secretaria de Agricultura do Estado e com demais órgãos do Governo para buscar soluções e auxiliar os produtores rurais catarinenses. “A situação é muito preocupante. Muitos produtores tiveram que investir na contratação de caminhões pipa para abastecer as propriedades e os que iniciaram o plantio de milho tiveram prejuízos com a má germinação dos grãos, devido à falta de umidade no solo”, detalha o dirigente.

De acordo com a FAESC, o mês de outubro e o período de primavera são historicamente marcados por chuvas no Estado, diferente do ocorrido neste ano. A seca que se intensificou nos últimos meses acabou atrasando o plantio do milho – entre setembro e novembro - e está comprometendo as lavouras já semeadas. “Ainda não conseguimos mensurar os prejuízos, mas o relato dos produtores indica que não são pequenos”, observa Pedrozo.

Plantio de milho foi comprometido pela falta de umidade do solo e terá volume de produção reduzido na safra

OESTE

O problema mais grave é na região oeste, onde os produtores contrataram caminhões pipas para assegurar o abastecimento de aves e suínos. O milho plantado para silagem renderá menos volume do que o previsto para o ano. A soja, que iniciou o plantio no final de outubro, também será prejudicada, já que as previsões não indicam chuvas suficientes para os próximos meses.

Conforme o vice-presidente da

FAESC, Enori Barbieri, a estimativa de área plantada no Estado para a safra é de 320 mil hectares de milho comercial e 220 mil hectares de milho para silagem. Segundo ele, a estiagem já comprometeu a produção catarinense.

“A previsão de colheita de 2,5 milhões de toneladas de milho na safra 2020/2021 em Santa Catarina certamente não será alcançada. O Estado terá que importar ainda mais milho no próximo ano”, projeta.

PREVISÃO

Um dado que preocupa as lideranças e os produtores é a previsão do evento climático La Niña. Segundo a Epagri/Ciram, o fenômeno deve se intensificar até maio de 2021 no Estado, alterando a distribuição de calor, concentração de chuvas e a formação de secas. “Se isso se confirmar, teremos grandes prejuízos na safra”, grifa Barbieri.



Falta de chuva prejudica produtores catarinenses, especialmente no oeste

RECURSOS

A Secretaria de Estado da Agricultura, da Pesca e do Desenvolvimento Rural anunciou a destinação de R\$ 3 milhões para apoiar projetos de perfuração de poços, armazenagem e distribuição de água para atividades essenciais das propriedades rurais. O Projeto Água para Todos é operacionalizado via Fundo de Desenvolvimento Rural (FDR) e já destinou R\$ 1,5 milhão em financiamentos para

agricultores de Santa Catarina.

Por meio do Projeto, os produtores rurais têm acesso a financiamentos sem juros para perfuração de poços, além da construção de estruturas de armazenagem e distribuição de água. Os recursos são de até R\$ 25 mil por pessoa ou até R\$ 50 mil para projetos coletivos, que poderão ser pagos em até 36 meses, com seis meses de carência e sem juros.

OVINOCULTURA DE CORTE CRESCER EM SANTA CATARINA

O casal de aposentados Chirley e Ernani Kvitschal, moradores de Mafra, no planalto norte catarinense, decidiu não parar de trabalhar tão cedo e investir em uma atividade diferente da convencional para aumentar a renda da família. Há seis anos eles apostaram na produção de ovelhas e viram a atividade crescer de forma exponencial na região e no Estado. Hoje, o sítio do casal – chamado Trigêmiões – conta com 85 matrizes, que geram renda três vezes superior à do início da atividade. A produção do sítio aumentou quase 200% em três anos.

Chirley e Ernani fazem parte do grupo de produtores atendidos pelo programa de Assistência Técnica e Gerencial (ATeG) na ovinocultura de corte do SENAR/SC, órgão vinculado à FAESC. O programa atende 300 produtores rurais em 38 municípios, vinculados a oito Sindicatos Rurais de todo o Estado. O objetivo é acompanhar a produção, auxiliar os produtores no trabalho de campo e orientá-los no

gerenciamento das atividades e na gestão dos negócios.

O coordenador estadual da ATeG na cadeia, Antônio Marcos Pagani de Souza, detalha que o atendimento técnico às propriedades incrementou em 33% o número de animais de um ciclo para o outro (8.319 para 11.067), além de aumentar em 45% a comercialização – 3.258 para 4.738 ovinos vendidos.

“No manejo, a ATeG trabalha itens fundamentais para o aprimoramento técnico de cada fazenda, como nutrição, sanidade, boas práticas agropecuárias, adubação e manejo de pastagens, planejamento forrageiro, período de encarneamento, cuidados com cordeiros e creep feeding – sistema utilizado para aumentar o ganho de peso dos cordeiros. No quesito gestão, o técnico auxilia o produtor a lançar os dados gerenciais da propriedade, analisar indicadores de desempenho e identificar gargalos e desafios a serem ajustados para obter maior lucro com a atividade”, explica

o dirigente ao destacar que o programa também promove duas oficinas técnicas por ano, além de seminários e dias de campo para a troca de experiência entre os produtores e apresentação dos resultados alcançados.

Todo esse acompanhamento técnico e gerencial responde pelos avanços na propriedade da família Kvitschal em Mafra. Chirley conta que a produção deslanchou quando eles corrigiram os pontos falhos apontados pelo programa. “Nós produzimos sem saber se a atividade dava lucro ou não. Com a ATeG conseguimos melhorar o manejo, controlar a verminose, investir em pastagem e qualificar a genética, o que aumentou a quantidade e a qualidade do nosso rebanho. O que antes era motivo de desistência, hoje colhemos os frutos. Só temos a agradecer”, relata.

A experiência é compartilhada pelos ovinocultores Sebastião e Roseleli Hable, donos da Cabanha Tarumã, também em Mafra. A região do pla-

MELHORES ÍNDICES

O médico veterinário e técnico de campo na cadeia de ovinocultura, Cesar Henrique Peschel Junior, atende 47 produtores nos municípios de Mafra, Três Barras e Itaiópolis, 90% deles agricultores familiares e que têm a atividade como secundária. Juntos, eles possuem 4.300 matrizes, que representam 1,4% do rebanho total do Estado – estimado em 350 mil. Ele é um dos sete técnicos que atendem a cadeia de ovinocultura de corte pelo programa.

Os animais criados pelos produtores são comercializados vivos para os frigoríficos da região, ao preço atual de R\$ 9,50 ao kg, valor que segue em alta no mercado. Conforme Cesar, a maioria dos ovinocultores produzem uma safra por ano, com nascimento dos cordeiros em maio. “Com indução hormonal e investimento em pastagens para melhorar a alimentação do rebanho, é possível aumentar para duas por ano e até três safras a cada dois anos. Contamos com produtores que alcançaram esses números, o que depende muito do investimento, especialmente em mão de obra”, destaca.

O técnico ressalta que os principais desafios dos produtores são o controle da verminose, a redução da mortalidade de animais e o melhoramento genético. “A falta ou o excesso de alimentos e a dificuldade de reprodução dos animais são as principais causas de

morte, além do fator genético. Por isso é fundamental a seleção das matrizes e dos reprodutores na estação de monta, além do controle sanitário e do planejamento forrageiro para aumentar o peso e diminuir a idade do abate”, explica Cesar ao informar que o peso ideal para comercialização é entre 42 e 45 kg. Quanto menor a idade, melhor.

De acordo com o coordenador da ATeG, Marcos Pagani, além de melhores índices econômicos e gerenciais, o programa também traz o pioneirismo da certificação de propriedades e animais assistidos: todo cordeiro de qualidade receberá brincos para rastreabilidade e identificação.

“Essa iniciativa está dentro do contexto do projeto Purpurata, um selo de controle de qualidade de produção que tem como objetivo trazer ao consumidor final um produto diferenciado, de valor agregado e características singulares, fatores determinantes na agregação de valor e renda ao produtor”, detalha Pagani.

Segundo ele, o selo será disponibilizado em breve ao setor produtivo da ovinocultura de corte para bonificação. “A propriedade rural terá de passar por um check list de certificação, contendo itens de produção, bem-estar animal e boas práticas agropecuárias verificadas em conjunto com o produtor. É uma inovação que fortalecerá o setor”.



Atendimento técnico às propriedades incrementou em 33% o número de animais de um ciclo para o outro

nalto norte é a principal produtora do Estado. Com o programa, os produtores reduziram a taxa de mortalidade de cordeiros de 14% para 3% em quatro anos e aumentaram a renda em 60% no período. “Conseguimos crescer muito com a assistência técnica. Criamos a Cabanha, investimos em aprimoramento genético e em pastagem. No último ano não tivemos mortalidade no parto e evoluímos muito em qualidade. Se não estivéssemos na ATeG, certamente estaríamos parados no tempo”, afirma Sebastião.

A Cabanha Ouro Branco, também do planalto norte, conseguiu melhorar todos os índices de produção em sete anos. Aumentou o peso dos cordeiros para desmame de 31 kg para 39,5 kg, reduziu a taxa de vermifugação das matrizes de 5,1% para 2,3%, investiu em melhoramento genético e produziu animais mais selecionados para reprodução, parto e resistência à verminose. Ao todo, a Cabanha tem hoje 170 matrizes.



Sítio Trigêmeos tem 85 matrizes e aumentou a renda em 200% em três anos com assistência técnica e gerencial



Cabanha Tarumã conta com 60 matrizes em produção. Ovinocultores reduziram a mortalidade de cordeiros de 14% para 3% e aumentaram a renda em 60%

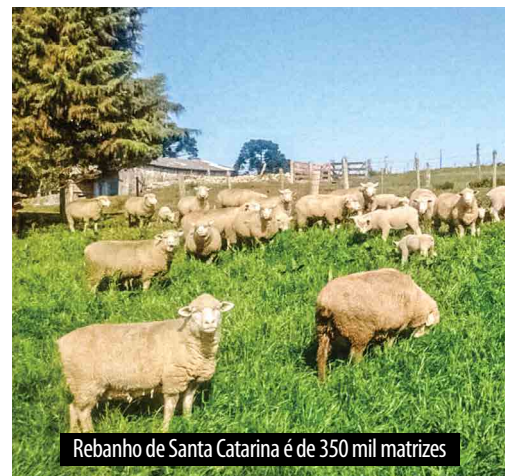


Cabanha Ouro Branco tem 170 matrizes e conseguiu melhorar todos os índices de produção em sete anos



Arquivo/2019

ATEG promove duas oficinas por ano, além de seminários e dias de campo que envolvem os 300 produtores assistidos



Rebanho de Santa Catarina é de 350 mil matrizes

MERCADO

Segundo dados da Associação Catarinense de Criadores de Ovinos, o Brasil possui um rebanho de 17,5 milhões de ovinos. A região mais produtora do País é o Nordeste com cerca de 10 milhões de animais. Em Santa Catarina, há espaço para ampliar a produção, já que o Estado é o maior importador nacional de carne de cordeiro. O presidente do sistema FAESC/SENAR-SC, José Zeferino Pedrozo, aponta que falta produto para atender a demanda em todo o território brasileiro, que vê o

Uruguai dominar o mercado.

“Hoje o consumo per capita de carne de ovinos no Brasil é de 400 gramas por ano. Só para termos uma ideia, o consumo de frango é 44 kg anuais por habitante, da carne bovina 35 kg e da suína 15 kg. Mesmo se aumentássemos o consumo de ovinos para 1,5 kg per capita, zeraríamos o estoque de carne em um ano. Teríamos que aumentar a produção em cinco a seis vezes. Ou seja, há muito espaço para desenvolvermos a cadeia

e é esse esforço que o programa ATeG está fazendo”, projeta.

Para o superintendente do SENAR/SC, Gilmar Antonio Zanluchi, os números apresentados pelos produtores ressaltam a importância do programa no fomento da ovinocultura de corte no Estado. “Com a ATeG, os ovinocultores estão investindo mais em sanidade, nutrição, melhorando as técnicas de reprodução e colhendo os resultados. É um trabalho diferenciado que beneficia toda a cadeia produtiva”.

PRODUTORES RECEBEM ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA AMPLIAR PRODUTIVIDADE

Com 5.800 pés de pera em um pomar de 2,2 hectares, o fruticultor Valmir Bueno de Oliveira colhe 14 toneladas/hectare de três variedades da fruta por ano em Monte Castelo, Planalto Norte catarinense. Ele, a esposa Lucineide, o pai Waldemiro e o filho Wladimir trocaram o cultivo de tabaco pela fruticultura e transformaram o pomar na principal atividade econômica da família. Além das peras que abastecem o mercado estadual e são o principal cultivo em crescimento na região, eles também produzem pêssegos, uvas e ameixas para comercialização em menor escala.

A família faz parte do grupo de 30 produtores da região que integram a nova turma do Programa de Assistência Técnica e Gerencial (ATeG) em Fruticultura do SENAR/SC, órgão vinculado à FAESC. A partir de novembro, os fruticultores receberão assistência técnica dos profissionais especializados do SENAR durante dois anos para melhorarem produtividade, manejo, gestão e comercialização. O objetivo é acompanhar a produção, auxiliar os fruticultores no trabalho de campo e orientá-los no gerenciamento das atividades e na gestão dos negócios.

Ao todo, a ATeG iniciou neste ano o atendimento de seis grupos e 180 fruticultores do Estado nas regiões do Planalto Norte, Sul e Meio Oeste. O trabalho é desenvolvido em parceria com os Sindicatos Rurais de Timbé do Sul, Turvo, Fraiburgo, Videira, Tangará e Itaiópolis. Segundo a coordenadora estadual do programa, Paula Araújo Dias Coimbra Nunes, a metodologia dá suporte e direcionamento técnico aos produtores na gestão das propriedades.

“É um modelo de assistência téc-



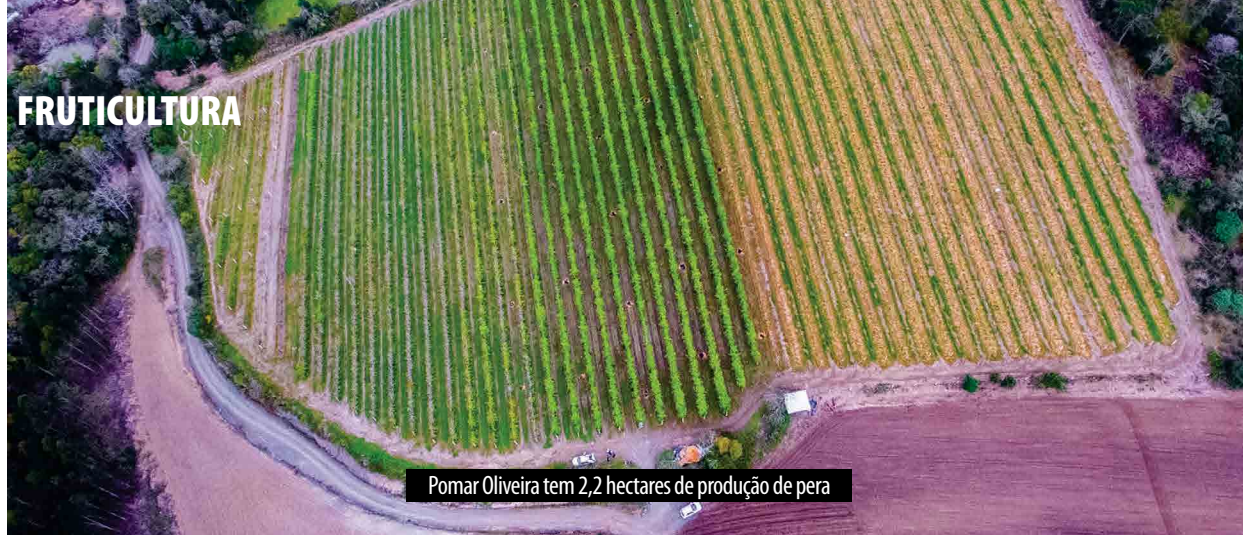
ATeG iniciou neste ano o atendimento de seis grupos e 180 fruticultores do Estado nas regiões do Planalto Norte, Sul e Meio Oeste

nica continuado, que engloba todos os processos da cadeia produtiva e possibilita a realização de ações efetivas nas áreas econômica, social e ambiental, assim como os processos de gestão do negócio”, sublinha.

O produtor de banana de Ermo, no Sul, Alcione Cardoso Pedro, está no segundo mês de assistência técnica e já cita resultados. Com 5.000 pés de banana branca orgânica em uma área de 3,5 hectares, a família produz 1.280 kg da fruta por mês e está trabalhando na organização dos dados da produção para aprimorar a gestão dos negócios e ampliar produtividade e renda. “Buscamos esse acompanhamento técnico para aumentarmos

a produção e o lucro, utilizando a mesma área de cultivo. O programa está apontando como podemos alcançar essa meta”, projeta Alcione. Além da banana, a família também produz tabaco e cultiva maracujá em um pomar de um hectare no sistema convencional.

A evolução nos resultados é o que também espera Valmir Bueno de Oliveira. “A assistência técnica vai nos ajudar a melhorar a produção e ampliar a produtividade. Já implantamos sistema de irrigação por gotejamento e agora precisamos criar uma barreira de proteção contra a geada que há dois anos tem prejudicado a floração das plantas e o cultivo das peras”.



Pomar Oliveira tem 2,2 hectares de produção de pera

METODOLOGIA

Na região Sul, dois grupos de fruticultura orgânica integram o programa, englobando 60 produtores dos municípios de Timbé do Sul, Turvo, Ermo, Sombrio e Jacinto Machado. Uma turma iniciou os trabalhos em outubro e a outra começa em novembro. De acordo com o supervisor técnico do SENAR na região, Jaison Buss, as principais culturas são banana, pitaya e citrus, 100% orgânicas.

“São fruticultores já organizados em associações, certificados de forma auditada e participativa e que integram o Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos. Nosso trabalho é apresentar a eles um modelo de adequação tecnológica associada à consultoria gerencial, que priorize a gestão da atividade de forma eficiente e permita alcançar mudanças efetivas no ambiente das empresas rurais”, destaca Buss.

A metodologia do programa está fundamentada em cinco etapas: diag-

nóstico produtivo individualizado; planejamento estratégico; adequação tecnológica; capacitação profissional complementar e avaliação sistemática de resultados.

A engenheira agrônoma e técnica de campo do programa em Timbé do Sul, Lucinéia Vanzetto, destaca que o grupo é formado por pequenas propriedades, com média dos pomares de 14 hectares e comercialização assegurada em todo o Estado pela Associação de Agricultores Ecologistas Vida Nova. Os desafios dos produtores, segundo ela, são a adequação ambiental das propriedades para a produção orgânica, organização e gestão dos negócios, além do manejo correto – cobertura do solo, podas, condição correta dos pomares, barreiras vegetais para reduzir a velocidade do vento e proteção de cultivares.

“A região tem vocação natural para a fruticultura, com distribuição de chuvas regulares durante o ano e

calor na maior parte do período, o que facilita o cultivo. O maior desafio aqui é a adequação ambiental para a produção orgânica, que é diferenciada da convencional e ainda está em menor escala. A vantagem da produção, além da qualidade das frutas, é o preço, que se mantém estável durante o ano todo e ajuda no planejamento dos fruticultores”, ressalta.

A banana tem safra o ano todo, a pitaya entre dezembro e maio e os citrus contam com plantio escalonado para o ano inteiro. Segundo Lucinéia, neste ano, além da pandemia que atrapalhou a comercialização, os produtores tiveram prejuízos com o ciclone-bomba em julho e a chuva de granizo do início de outubro. Os eventos climáticos comprometeram 60% da produção de banana e boa parte da pitaya. “Os agricultores estão trabalhando na recuperação das áreas e contam com a ATeG para auxiliá-los na melhoria da produtividade”.



Família Oliveira, produtora de pera de Monte Castelo, Planalto Norte catarinense

POTENCIAL

Na região do Meio Oeste, os destaques são para pomares de uva (28 t/ha), maçã (35 t/ha), pêssego (30 t/ha), ameixa (22 t/ha) e nectarina (22 t/ha). Segundo o supervisor técnico do SENAR, Jeam Palavro, duas turmas de produtores iniciam a assistência técnica e gerencial, abrangendo os Sindicatos Rurais de Fraiburgo e Videira no mês de novembro. Outra turma está sendo formada para iniciar na região de atuação do Sindicato Rural de Tangará. “A região já abastece outros Estados e tem grande potencial de crescimento. A ATeG é um passo importante na bus-

ca da profissionalização das atividades, através de controle dos processos produtivos e gerenciais”, observa Palavro.

No Planalto Norte, a turma que inicia em novembro em Itaiópolis abrange quatro municípios e será acompanhada pelo engenheiro agrônomo e técnico de campo Ricardo Costa. Segundo ele, o clima temperado potencializa a produção de pera, ameixa, uva, maçã, caqui e pêssego na região que é considerada o terceiro polo fruticultor no Estado.

“O potencial da região para a atividade é grande, especialmente pelo fato de surgirem culturas novas e a possibi-

lidade de remuneração o ano todo. A produção convencional é mais forte, mas também temos produção orgânica, especialmente de uva. O desafio é organizar as propriedades e capacitar os produtores para melhorar a qualidade das frutas. Nesta cadeia, volume e qualidade precisam andar lado a lado”, detalha Costa. De acordo com o técnico, a maior oportunidade está na produção de peras, devido ao aumento de consumo e ao fato de o Brasil importar 80% das frutas que consome. “Isso mostra o mercado que temos para explorarmos”.



Com 5.800 pés de pera, família colhe 14 toneladas/hectare da fruta por ano em Monte Castelo



Família Cardoso Pedro, produtora de banana de Ermo, Sul catarinense

MERCADO

De acordo com dados do Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri/CEPA), o Estado possui mais de 14 mil fruticultores e mais de 55 mil hectares de área colhida nas principais lavouras. É o maior produtor de maçã do Brasil (500 mil toneladas), segundo maior produtor de pera (6.900 toneladas) e pitaya do País (330 mil toneladas), quarto produtor nacional de banana, com produção de 10,2% do total

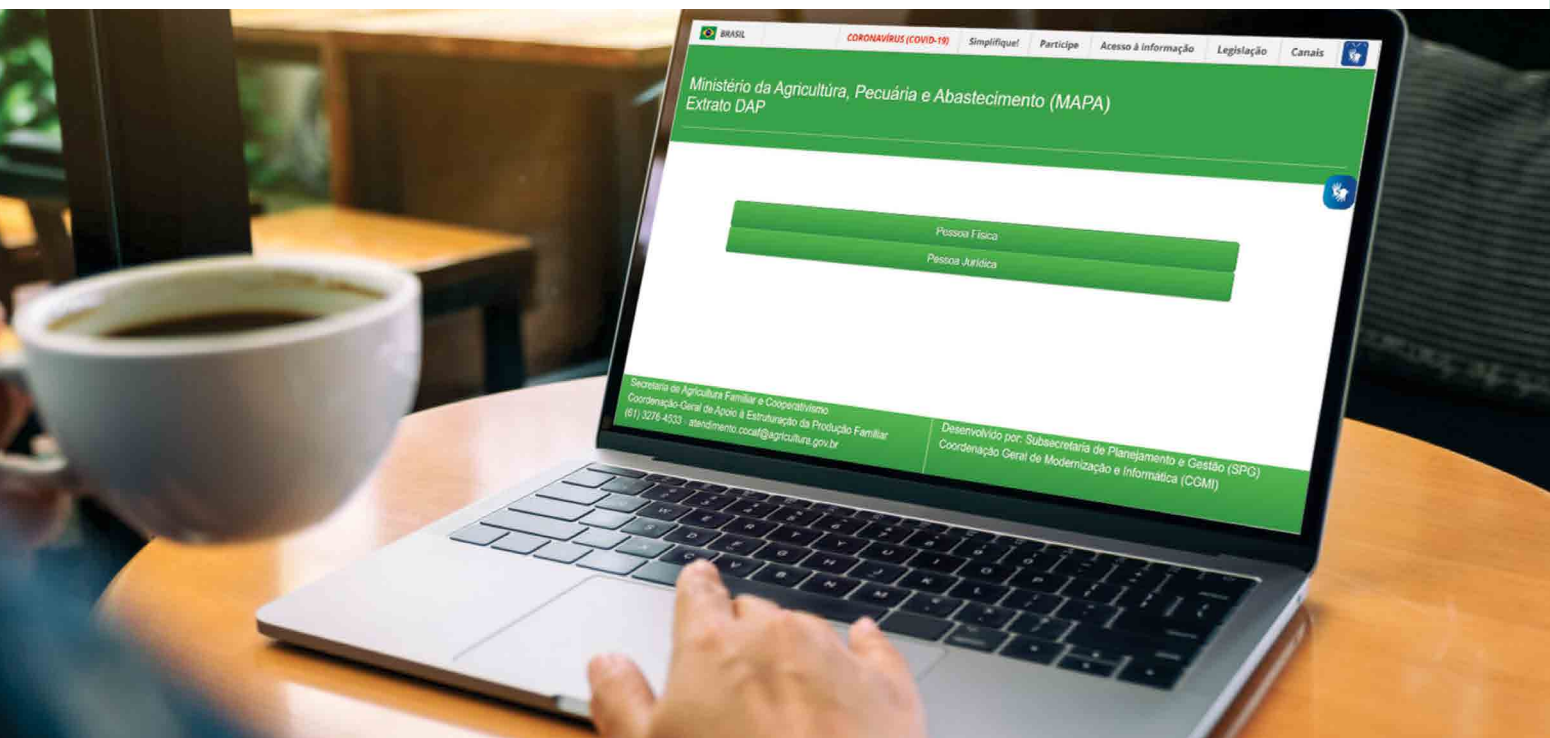
brasileiro e o terceiro na produção de maracujá — são 2,3 mil hectares de plantação, 80% deles na região Sul.

“São números que mostram a força do agronegócio catarinense nas mais diversas cadeias. O nosso programa chega para somar com o setor porque, além da técnica que melhora a eficiência e a eficácia da produção, a ATeG possibilita o aumento da rentabilidade das famílias”, sublinha o presidente do Sistema FAESC/SENAR-SC, José Zeferino Pedrozo.

“Temos muito orgulho deste programa que melhora o trabalho e a ren-

da dos produtores e qualifica a produtividade em todas as cadeias atendidas no Estado. Nossa meta na Fruticultura é ampliarmos o número de turmas e de produtores assistidos em todas as regiões”, ressalta o superintendente do SENAR/SC, Gilmar Antonio Zanluchi.

Neste período de pandemia, o trabalho de assistência técnica segue protocolo sanitário para atender todas as medidas determinadas pelos órgãos de saúde, entre elas, uso de máscaras, distanciamento social e higienização com álcool em gel.



GOVERNO PRORROGA PRAZO DAS DECLARAÇÕES

A FAESC informa os produtores rurais catarinenses que o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), por meio da Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo (SAF), prorrogou novamente o prazo de validade das Declarações de Aptidão ao Pronaf (DAPs) devido à pandemia do coronavírus. A Portaria nº 129, publicada no dia 24 de setembro, estabelece a prorrogação por seis meses da vigência das declarações com vencimento entre os dias 24 de setembro e 31 de dezembro de 2020. Já as declarações que expiram entre os dias 1º de janeiro a 31 de março de 2021 terão a validade estendida por três meses.

As alterações serão realizadas diretamente nas DAPs, de forma automática, e poderão ser consultadas no “Extrato DAP” que está disponível no

endereço eletrônico <http://smap14.mda.gov.br/extratodap/>. Em março, o Mapa já havia feito uma primeira prorrogação da validade das DAPs por causa da pandemia.

A medida ocorre com o objetivo de evitar a locomoção de agricultores até os órgãos e entidades emissoras de DAP na busca pela renovação do documento e para garantir aos beneficiários a continuidade do acesso às políticas públicas da agricultura familiar. A decisão leva em consideração o estado de calamidade pública, reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, do Congresso Nacional, decorrente da pandemia da covid-19.

De acordo com o presidente da FAESC, José Zeferino Pedrozo, a DAP é um documento que identifica o produtor familiar para acesso às políti-

cas públicas de incentivo à produção e geração de renda. Com a DAP o agricultor familiar poderá acessar mecanismos de crédito e programas de compras alimentares governamentais, como as linhas de crédito do Pronaf, Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

“É uma medida importante para o momento e evita o deslocamento dos produtores rurais durante a pandemia ao mesmo tempo em que mantém os benefícios dos programas e projetos do Governo”, ressalta.

Segundo levantamento realizado pela Coordenação do Cadastro da Agricultura Familiar da SAF, a prorrogação beneficia mais de 846 mil agricultores familiares no País, além de pescadores artesanais, aquicultores, maricultores, silvicultores e extrativistas.

AGRO+

ADIDOS AGRÍCOLAS BRASILEIROS

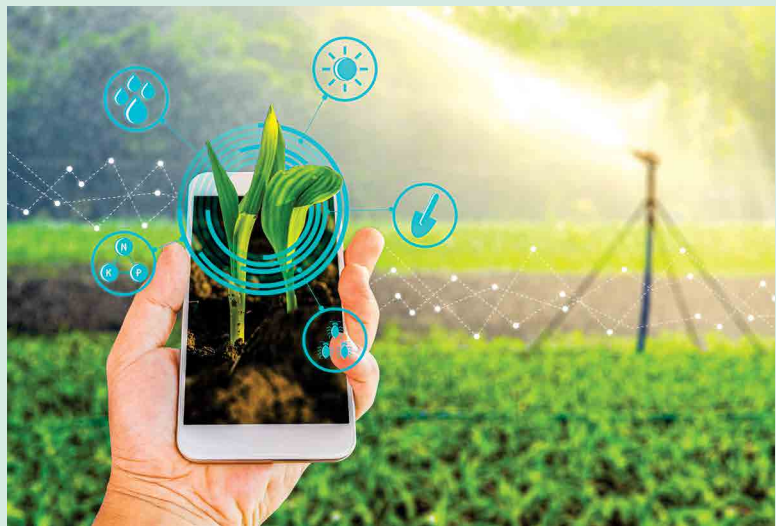
O governo federal ampliou de 25 para 28 o número de adidos agrícolas brasileiros junto às representações diplomáticas no exterior. O Decreto Nº 10.519, com as mudanças, foi publicado no Diário Oficial da União no dia 15 de outubro. Atualmente, o Brasil conta com 24 adidos agrícolas ativos lotados em 22 países (Pequim e Bruxelas contam com dois adidos). Uma vaga em Genebra (Suíça) encontra-se em aberto e deverá ser preenchida ainda este ano. Os novos adidos agrícolas irão desempenhar suas funções em novos postos estratégicos, que serão definidos por Portaria Conjunta dos Ministros das Relações Exteriores e da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Espera-se que as novas adidâncias iniciem seus trabalhos já no início do próximo ano. Os adidos desempenham missões permanentes de assessoramento junto às representações diplomáticas brasileiras no exterior. Têm o papel de identificar oportunidades, desafios e possibilidades de comércio, investimentos e cooperação para o agronegócio brasileiro. Para isso, têm interlocução com representantes dos setores público e privado, assim como interação com relevantes formadores de opinião, na sociedade civil, imprensa e academia.



EXPORTAÇÃO DE CARNE

A crise atuou como alavanca para os negócios e abriu caminho para novos e futuros compradores. A expectativa é que os desembarques da carne bovina lá fora ultrapassem neste ano o recorde de US\$ 8 bilhões. A expectativa é que o volume atinja 2 milhões de toneladas. No ano passado já houve um salto de 15,5% no faturamento ao bater em US\$ 7,59 bilhões, com um

total exportado de 1,84 milhão de toneladas, aumento de 12,4%. Nos primeiros nove meses as vendas de carne in natura e processada cresceram 19,7% na receita e 11% no volume frente ao mesmo intervalo do ano passado, ou seja, US\$ 6,1 bilhões e 1,460 milhão de toneladas, respectivamente. Os dados são da Secretaria de Comércio Exterior (Secex).



NOVO APLICATIVO

O Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet) lançou a versão do aplicativo SISDAGRO (Sistema de Suporte à Decisão na Agropecuária) para celular. O aplicativo foi desenvolvido para apoiar usuários do setor agrícola em suas decisões de planejamento e manejo agropecuário. A plataforma atende aos técnicos agropecuários, produtores do setor agrônomo, bem como gestores governamentais que executam políticas públicas voltadas ao setor agrícola. O sistema oferece informações meteorológicas registradas em uma rede de Estações do Inmet, bem como de dados obtidos por modelos de previsão numérica do tempo, referentes às variáveis: temperatura, precipitação, umidade relativa do ar, velocidade e direção do vento e radiação solar. A versão já está disponível para o sistema Android, e em breve estará disponível para IOS.



O FUTURO DO AGRO É AGORA!

INSCRIÇÕES ABERTAS

<http://faculdade.cnabrazil.org.br>

Polos em Santa Catarina:

- ✓ Braço do Norte
- ✓ Seara
- ✓ São Joaquim
- ✓ São Miguel do Oeste




SENAR
Santa Catarina



FAESC
Federação da Agricultura
e Pecuária – Santa Catarina

Acompanhe o Sistema
FAESC/SENAR-SC nas redes sociais:

 @SISTEMAFAESCSENAR

 @FAESC e @SENARSC